

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2023 (Do Sr. CAPITÃO ALDEN)

Requer ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar informações sobre as declarações dadas em audiência pública da Câmara dos Deputados em 11 de abril de 2023, considerando as informações divulgadas pela imprensa no dia 27 de abril de 2023, na matéria intitulada "Documentos mostram alerta da Abin a GSI e equipe de Dino sobre atos violentos em 8/1", pela Folha de São Paulo¹.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com fulcro no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança sobre as declarações dadas em audiência pública da Câmara dos Deputados em 11 de abril de 2023, considerando as informações divulgadas pela imprensa no dia 27 de abril de 2023, na matéria intitulada "Documentos mostram alerta da Abin a GSI e equipe de Dino sobre atos violentos em 8/1", pela Folha de São Paulo .

Conforme a referida matéria, documentos obtidos pela imprensa comprovam que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) emitiu vários alertas nos dois dias anteriores ao fatídico dia 8/1, comunicando ao Ministro Gonçalves Dias, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República e ao Ministério da Justiça, sob o comando do Senhor

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/documentos-mostram-alerta-da-abin-a-gsi-e-equipe-de-dino-sobre-atos-violentos-em-81.shtml>



LexEdit

* c 0 2 3 2 5 6 2 9 5 5 0 *

Ministro Flávio Dino, sobre a possibilidade de ações violentas e invasões a prédios públicos ocorrerem.

No entanto, durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em 11/04/2023, o Ministro da Justiça afirmou que não havia recebido os alertas da ABIN. Diante dessas informações contraditórias, solicitamos as seguintes informações:

1. O Ministro da Justiça Flávio Dino confirma que recebeu alertas da ABIN sobre a possibilidade de atos violentos em 8 de janeiro de 2023? E, quais foram os procedimentos adotados pela equipe do Ministério da Justiça para averiguar a existência de tais alertas?
2. Por que o Ministro da Justiça afirmou, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, que não havia recebido os alertas da ABIN, inclusive em mensagem enviada ao celular, *por whatsapp*?
3. Qual a posição do Ministério da Justiça em relação à possibilidade de ter sofrido falhas nos procedimentos de comunicação e compartilhamento de informações entre a ABIN e o Ministério da Justiça?
4. Quais são os procedimentos adotados pelo Ministério da Justiça para receber informações da ABIN?

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação de informações se justifica em razão das declarações feitas pelo Ministro da Justiça, Flávio Dino, em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados em 11 de abril de 2023, em que afirmou não ter recebido alertas da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) sobre os atos golpistas ocorridos em 08 de janeiro de 2023.

No entanto, informações divulgadas pela imprensa mostram que o ministro recebeu alertas em seu telefone por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp. Diante disso, torna-se necessário esclarecer a veracidade das declarações do Ministro e seguidos dos canais de comunicação



entre os órgãos de inteligência e as autoridades competentes, a fim de garantir a segurança e a independência democrática do país.

Assim, o presente requerimento de informações visa contribuir para a transparência e a eficiência das atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo, bem como para a fiscalização e o controle dos atos pelos agentes públicos envolvidos.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares que aprovem este requerimento de informações, a fim de que possamos obter esclarecimentos sobre os fatos em questão.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2023.

Deputado CAPITÃO ALDEN



LexEdit



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alden
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232556295500>